

Afonso Arinos de Melo Franco

O maestro que rege a orquestra dos tucanos

Antônia Chagas

Em meados dos anos 50, as transmissões radiofônicas dos debates entre udenistas e pessedistas eram quase tão empolgantes quanto uma bela partida de futebol. Roberto Magalhães colava-se ao pé do rádio para tomar lições de um zagueiro da boa dialética, o líder da UDN, Afonso Arinos de Melo Franco, a quem já admirava ao ler seus livros de direito. Ontem, no senhorial casarão da Rua Dona Mariana, onde mora o ex-udenista e hoje *tucano* Afonso Arinos, o ex-governador de Pernambuco sentiu-se sem argumentos diante da incisiva frase que lhe desfechou o dono da casa: seria "inexplicável" sua recusa em aceitar ser o vice de Mário Covas, pelo PSDB. Na porta, ao sair, depois de apadrinhado por ele em sua ficha de filiação ao partido, Roberto Magalhães ainda mereceu do senador um paternal "Deus te abençoe".

A bênção de Afonso Arinos voltou a pesar — e bem pesada — na balança. Ele está de volta. Com todo o imenso valor do seu sobrenome. Getúlio Vargas, em seu segundo governo, dizia que se pagaria a dívida externa brasileira se os Melo Franco fossem comprados pelo que valiam e vendidos pelo que pensavam valer. Sobrenome que traz na bagagem parte da história política deste país.

Influência — Na sexta-feira da semana passada, no Centro do Rio, ele subiu num caixote para falar por Mário Covas — defendendo a candidatura partidária com sua voz amplificada por um carro de som do PT. No dia seguinte, num almoço com ex-alunos do Colégio Pedro II, onde estudou, lá estava ele novamente, gastando 15 minutos com cada possível eleitor de qualquer cor partidária. Depois foi ao Café Nice, reduto noturno da malandragem carioca, para o mesmo trabalho de convencimento. Acabou aquele dia no Lido para fazer compras, como faz naquela mesma casa há 64 anos. Levou um litro de Ballantine's 12 anos para comemorar uma



Afonso Arinos (D) substituiu San Thiago no Itamarati, em 1962

boa campanha, tal como fez em 1958, em sua candidatura ao Senado.

Ele impõe respeito. Pela sabedoria. "Fui seu adversário quando ele defendia Carlos Lacerda. Mas hoje ele é a maior figura no Panteão dos meus heróis nacionais", reverência o também respeitado Hêlio Jaguaribe. "Ele é um dos arquétipos do inconsciente coletivo", define Arthur da Távola, para quem Afonso Arinos "é como um daqueles sacerdotes da Antiguidade". José Richa, tal como um filho, tem pelo senador "verdadeira veneração". A visita dos *tucanos*, ontem, à casa de Afonso Arinos, conforme resumiu o senador Fernando Henrique, foi simbólica. Foi a visita ao sábio.

Com um quase invisível fio de imodéstia, Afonso Arinos repete o conceito que tem sobre ele mesmo e que já tinha expressado há dois anos, durante os trabalhos da Constituinte: "Não há liderança política de minha parte. A diferença está entre liderança e influência. Eu tenho influência." E atribui este poder à sua idade (completa os 84 anos no dia 27 de novembro), sua experiência política e sua obra escrita.

Família — Mineiro de Belo Horizonte, ele nasceu numa família de políticos, diplomatas e intelectuais. O avô paterno, Virgílio Martins de Melo Franco, foi deputado provincial no Império; o avô materno, Cesário Alvim, foi deputado geral por Minas, presidente da Província do Rio de Janeiro e, depois da proclamação da República, governou Minas por duas vezes, foi ministro da Justiça e

prefeito do Rio, quando a cidade era o Distrito Federal. Seu pai, Afrânio de Melo Franco, foi deputado estadual em Minas, deputado federal entre 1906 e 1929, ministro da Viação, ministro das Relações Exteriores e presidente da Comissão Constitucional, em 1934, que redigiu o anteprojeto da Constituição, além de deputado constituinte em 1935 e deputado estadual até 1937. Do tio Afonso Arinos de Melo Franco, ele herdou o tino literário e o nome Arinos, que não consta de seu registro de nascimento e lhe foi acrescentado nos tempos de colégio.

Formado em direito pela Universidade do Brasil, em 1927, com especialização em Genebra, até os 40 anos Afonso Arinos se dedicou à vida jurídica, literária (o que lhe valeu ingressar na Academia Brasileira de Letras, em 1958, derrotando nos votos ninguém menos que Guimarães Rosa) e ao magistério (foi professor de Cultura Brasileira, na Sorbonne, e de Literatura Brasileira, na Universidade de Buenos Aires). O irmão Virgílio insistia em vê-lo na atividade política. Em 1945, enfim, candidatou-se a deputado federal por Minas, pela UDN. Mas ficou só com a primeira suplência. Dois anos depois, assumiu a vaga de Milton Campos, que fôra eleito governador mineiro.

Sempre contra Getúlio Vargas, Afonso Arinos elegeu-se (17.253 votos) deputado federal em 1950, chegando à liderança udenista em 1952. É deste primeira legislatura consagrada nas urnas a Lei Afonso Arinos, considerando contravenção penal a prática do pre-

conceito de raça e de cor. A reforma ministerial realizada por Vargas em 1953 mereceu dele a mais ferrenha oposição. Ele compunha com outros udenistas, como o atual ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, a "banda de música" que azucrinava os ouvidos presidenciais, reclamando principalmente da nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho.

Num discurso em 9 de agosto de 1953, acusou o governo pelo atentado da Rua Toneleros, contra Carlos Lacerda, sugerindo ao presidente que renunciasse. No dia 31 daquele mês, uma semana depois do suicídio de Vargas, ele voltou à tribuna para dizer que o presidente caíra "vítima de seus próprios erros".

Parlamentarista — Afonso Arinos foi novamente eleito deputado federal (23.883 votos) em 1954; depois elegeu-se senador (397.466 votos) em 1959. Em 1961, foi escolhido o ministro das Relações Exteriores do curto governo de Jânio Quadros, substituindo San Thiago Dantas. A experiência lhe fez criar uma das frases que revelam seu grande bom humor: "A UDN é o partido das indecisões unânimes. Jânio é a UDN de porre".

Em março de 1964, Afonso Arinos era secretário do governo de Magalhães Pinto, em Minas, como parte da estratégia mineira para enfrentar João Goulart. Caberia a ele, em caso de beligerância, negociar o reconhecimento internacional da situação. Em 1966, ele foi um dos formadores da Aliança Renovadora Nacional (Arena), o novo partido governista. Concluiu seu mandato em janeiro do ano seguinte, afastou-se do regime vigente e, num dos seus últimos discursos sobre a reforma constitucional apresentou emenda propondo a adoção do regime parlamentarista.

De volta às suas atividades intelectuais, o senador foi chamado em 1978 para dar seu parecer sobre as reformas políticas coordenadas por Petrônio Portella, durante o governo do general Ernesto Geisel. Ele não poupou críticas, caracterizando o AI-5 como "a mais violenta manifestação ditatorial da história do Brasil". Propôs uma definição clara do poder militar e novamente lançou a semente do parlamentarismo. Três anos mais tarde, o senador se filiava ao Partido Democrático Social (PDS). Em 1986, transferiu-se para o Partido da Frente Liberal pelo qual se elegeu novamente para o Senado (1.041.799 votos).